

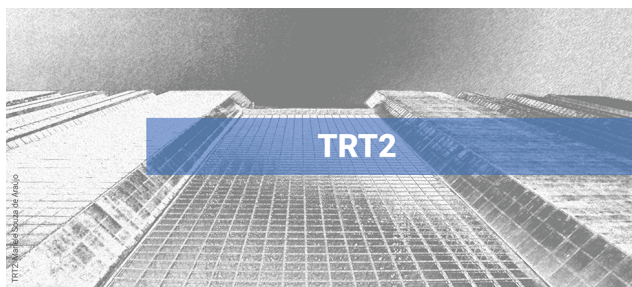
INFORMATIVO TRT2

Notícias e jurisprudência



N. 11

Novembro de 2022



Divisão dos lucros afasta vínculo de emprego para médica veterinária em loja de pet shop. [Proc. 1000429-95.2020.5.02.0703](#)

Reconhecido o direito à rescisão indireta do contrato de trabalho por falta de ajuste do valor do vale-transporte, após mudança de residência da autora. [Proc. 1001756-20.2021.5.02.0613](#)

Mantida sentença proferida por juíza que não conduziu audiência de instrução. [Proc. ROT-1002465-22.2019.5.02.0000](#)

Gerente de farmácia que aplicava injeções receberá adicional de insalubridade. [Proc. RR-1002044-58.2017.5.02.0402](#)

Agente de apoio socioeducativo da Fundação Casa não tem direito à adicional de insalubridade. [Proc. RR-1086-51.2012.5.15.0031](#)

Negada indenização a trabalhadora que alegou não ter sido promovida por discriminação de gênero. [Proc. 1000969-82.2017.5.02.0046](#)

Juízo não homologa acordo extrajudicial por constatar que empresa utilizava de lides simuladas para quitação dos contratos de trabalho de seus ex-empregados. [Proc. 1000667-58.2022.5.02.0602](#)

Negado adicional de insalubridade a operador de telemarketing que utilizava fones de ouvido. [Proc. 0001784-36.2012.5.02.0058](#)



Empresa poderá deduzir seguro de vida da indenização devida a família de borracheiro. [Proc. RAg-959-43.2020.5.12.0023](#)

Analista de TI poderá trabalhar da Itália para acompanhar filho autista. [Proc. AIRR-1208-69.2018.5.17.0008](#)

TST

TRT-2 reconhece vínculo de emprego entre trabalhadores e aplicativo de entrega.

STF

Sindicatos devem participar de ações sobre contratações em estatais.

Supremo mantém gratuidade no transporte rodoviário intermunicipal a militares do Ceará.

STF valida cobrança de IRRF e CSLL de entidades fechadas de previdência complementar.

Estados, DF e municípios não têm de reajustar proventos de inativos com base em lei federal.

STF mantém competência da Justiça Federal em ações envolvendo CEF e seguro habitacional.

STJ

Repetitivo definirá se incide contribuição previdenciária sobre 13º

Na autocomposição, data de homologação do acordo não é base para aplicação do Tema 809/STF.

Empresa de internet que presta serviço em território nacional deve se submeter à lei brasileira.

CNJ

Corregedoria Nacional determina suspensão de contas em redes sociais por manifestações políticas.

Soluções de inteligência artificial promovem celeridade para o Poder Judiciário.

CNJ e Ipea selecionam pesquisadores para estudo sobre assédio na Justiça brasileira.

Aprovada regulamentação de utilização do e-NatJus pela Justiça.

Juiz do trabalho é penalizado com censura por atuação morosa.

Trabalho e Previdência

Trabalhadores em situação análoga à de escravidão são resgatados em pedreiras no Piauí.

Prova de vida de aposentados e pensionistas dos Regimes Próprios utilizará ferramenta disponibilizada pelo MTP.

MPT

Sentença determina número compatível de profissionais de enfermagem compatível com a carga de trabalho.

Construtora é impedida de obter empréstimos ou financiamentos por discriminar trabalhadores por idade.

Operação Hipócritas: TST mantém anulações de decisões baseadas em laudos falsos.

Transportadora é processada por jornadas extenuantes de motoristas de caminhão.

MPT obtém decisão contra madeireiras por

proporcional ao aviso prévio indenizado.

Contrato de seguro de acidentes pessoais não pode ser utilizado como título executivo extrajudicial.

STJ segue orientação do STF e admite recurso extraordinário sobre honorários por equidade em causas de grande valor.

Sancionada lei que permite migração de regime previdenciário para servidores.

Balcão GOV.BR facilita acesso aos serviços digitais do governo.

Governo federal define regras para atuação do agente de contratação nas compras públicas.

negligência em segurança do Trabalho.

CJF

CJF adere à campanha "21 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres".

CJF libera o pagamento de RPVs a mais de 174 mil beneficiários.

Para dúvidas sobre termos e expressões jurídicas, acesse o [glossário de termos jurídicos](#).

Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

Edifício Sede - Rua da Consolação n. 1272 - 2º andar
CEP 01302-906 - São Paulo - SP
Tel: (11) 3150-2359

Elaborado pela Secretaria de Gestão Jurisprudencial, Normativa e Documental



Basis TRT2

Revista do Tribunal